FOLHETIM DO MINIMO Autor de estudo sobre piso afirma que ministro não é credenciado para condenar seu trabalho

Economista contesta crítica de Malan

EUGENIO GOUSSINSKY
Agência JB

SÃO PAULO – Márcio Pochmann, economista da Unicamp, disse ontem que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, não é a melhor autoridade para falar em salário mínimo no Brasil. "Tenho tese e doutorado em salário mínimo. Não aceito que um ministro que não é especialista na área venha dizer que o estudo dos outros esteja errado."

Pochmann estranhou as críticas de Malan, argumentando que apresentou seu estudo ao governo federal, a pedido justamente do Ministério da Fazenda, no qual conclui que o salário mínimo de 1999 representa 26% do pago em 1940, ano de sua instauração. No cálculo, ele garantiu que a renda per capita do país tornou-se cinco vezes maior no período. Segundo ele, isto aponta para uma das concentrações de renda mais injustas do mundo.

Dados – "Não entendo por que solicitam o trabalho e depois criticam sem revelar nenhum dado concreto."

Pochmann participou quarta-feira de explanação na Comissão Especial de Salário Mínimo da Câmara Federal e garantiu que falta ao governo um programa para o salário mínimo e vontade política para pôr essa questão como uma das suas metas prioritárias, em paralelo com a do crescimento de 4% do PIB e do superávit primário.

A metodologia para a tese do economista foi baseada no acúmulo da inflação em 49 anos, comparando-se com a evolução do salário mínimo no período. Os índices utilizados foram o antigo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, até 1950, e, a partir daí, o do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-econômicos (Dieese).

Para Pochmann, que tem tese e doutorado sobre política de renda na Itália, pela Universidade de Brescia, na França, pela universidade Paris 13, e, na Inglaterra, pela Universidade de Coventry, a equipe econômica do governo está isolada quando o assunto é o salário mínimo. "Até mesmo sindicatos patronais e federações de indústrias sabem que o salário mínimo está brutalmente defasado".

O economista ressaltou que o salário mínimo se tornou uma moeda de troca dos governos posteriores ao golpe militar de 1964, inclusive o do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Ora serve como instrumento de combate à inflação, ora como o baluarte contra a recessão", ironizou.

Pochmann também não aceita o argumento de que o déficit previdenciário é um obstáculo para um reajuste mais expressivo. "A Previdência é superavitária. Seis milhões de pessoas que recebem da Previdência Social são trabalhadores que nunca contribuíram, e deveriam receber por um fundo de assistência".

Cálculos – Segundo cálculos de Pochmann, baseados nos índices inflacionários do Dieese, o salário mínimo perdeu 36,2% de seu poder aquisitivo nos últimos 10 anos e deveria ser reajustado em 56,9% para recuperar tal perda.

Neste caso, o mínimo deveria ser de R$ 213,00, em vez dos R$ 151 estipulados pelo governo e válidos a partir desta semana. "Gostaria que o governo apresentasse estudos para dizer o porquê de R$ 151, e não R$ 152 ou R$ 158. É um número político, que corrobora o acordo com o FMI".

De acordo com o economista, 50% do superávit primário que o governo pretende obter em 2000 são decorrentes de cortes sociais que somam R$ 15,6 bilhões. Pochmann reiterou que o governo está no caminho errado por não admitir que, na verdade, a taxa selic, atualmente em 18,5%, é a principal vilã do orçamento da União. Segundo ele, uma redução de 1,3% nesta taxa básica seria suficiente para o reajuste de 56,9%. "Geraria R$ 7,7 bilhões para os cofres públicos, e deixariam de onerar a dívida pública com encargos financeiros."

Helvio Romero

Pochmann: "Até sindicatos patronais e federações de indústrias sabem que o piso está defasado"

1940: piso de R$ 234

MARCELO CORDEIRO*

O primeiro salário mínimo, que entrou em vigor no dia 1º de maio de 1940, valeria hoje cerca de US$ 134,51 ou R$ 234,30, se utilizada a cotação média calculada ontem pelo Banco Central. Esse valor corresponde a uma correção do dólar feita pelo American Institute for Economic Research (Instituto Americano de Pesquisa Econômica), atualizando a moeda americana de 1940 até 2000, sendo o último ano uma estimativa do instituto.

Quando foi criado, o salário mínimo tinha 14 faixas diferentes usadas pelos estados brasileiros. Tomando por base o valor definido para os estados do Rio e São Paulo, o mínimo valia, na época, 220 mil-réis, o que correspondia a US$ 11,13 (com base na cotação de 19,77 mil-réis por dólar, do Banco do Brasil).

O instituto utilizou um fator de conversão que leva em conta a inflação americana no período, mas alerta que esse cálculo não pode ser considerado preciso porque o valor de compra dos bens e serviços sofre alterações ao longo dos anos. Essa mesma observação deve ser feita quando transformamos o valor do dólar já atualizado para o real. A relação entre a moeda brasileira e a americana em 1940 não necessariamente seguia o padrão de hoje, o que também gera disparções nos valores. O cálculo, no entanto, serve para mostrar que, desde sua criação, o mínimo se mantém próximo dos US$ 100, defendido pela oposição e por alguns aliados do governo. Tomando por base o dólar médio de ontem, o mínimo, nessa faixa, seria de R$ 174,19.

Marcelo Cordeiro é editor de Economia do JB

Anos 50: valor no auge

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, enviou ontem a seguinte carta ao **JORNAL DO BRASIL**:

"O gráfico sobre a evolução do salário mínimo, publicado na página 2 da edição do **JORNAL DO BRASIL** desta quinta-feira, 06/04/2000, foi elaborado pelo Ministério da Fazenda e apresentado e explicado detalhadamente por mim no Congresso Nacional. É suficiente para mostrar como estão errados o título e a notícia dessa mesma página e também a chamada na primeira página sobre a exposição que fiz quarta-feira, na Comissão Mista do Salário Mínimo. Não disse que o salário mínimo atual de R$ 151,00 é "o maior da história".

Em primeiro lugar, como o **JB** registrou corretamente, disse não ser verdade que o salário mínimo hoje no Brasil seja apenas 26% do que era em 1940, coisa que andam dizendo alguns pesquisadores e repetem os que não estão interessados na discussão séria deste assunto. Por conclusão, também é inteiramente infundada a interpretação feita por alguns, em entrevistas na televisão, de que o salário mínimo de 1940 seria sete vezes maior que o de hoje.

Quando foi instituído em 1º de maio de 1940, o salário mínimo variava de 90 mil réis a 240 mil réis, este o mais alto do país, no município do Rio de Janeiro, então capital federal. Havia 14 níveis intermediários entre 90 mil réis e 240 mil réis. A taxa de câmbio, na época, era em torno de 19,7 mil réis por dólar. Arredondando para 20, o salário mínimo em dólar de 1940 variava entre 4,5 dólares e 12 dólares. É claro que o dólar de 1940 vale muito mais que o dólar de hoje. Qualquer que seja o mecanismo de conversão do dólar de 1940 para dólares de 2000, seja o índice de preços ao consumidor americano, seja o preço ao produtor americano, seja o deflator implícito do PIB americano, jamais se chegaria a um valor de 500 dólares para o salário mínimo de 1940. Além de ter 14 níveis – o maior índice era 2,7 vezes o menor – o salário mínimo dessa época permitia deduções de até 15% para adolescentes e jovens de 18 a 21 anos, e deduções de 10% para mulheres. Permitia também que até 70% do pagamento fossem feitos *in natura*, e que no mínimo 30% deveriam ser pagos em dinheiro.

Em segundo lugar, detalhe incorreto no noticiário do **JB**, disse em minha exposição que o auge da evolução histórica do salário mínimo são os anos 50, principalmente a partir de 1954, quando, em maio, passou de 1.200 para 2.400 cruzeiros. Em 1954, Governo Vargas, havia 34 níveis diferentes de salário mínimo. A relação entre o maior salário mínimo, no município do Rio de Janeiro, e o menor era 4,33 vezes. Em 1959, havia 28 níveis. Em 1963, no governo João Goulart, o salário mínimo tinha 38 níveis diferentes: cinco em São Paulo, quatro na Bahia e três em Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina, por exemplo. A diferença entre o maior e o menor era da ordem de três vezes.

Portanto, também não é correta a interpretação de alguns pesquisadores de que o maior nível do salário mínimo, e do município do Rio de Janeiro, era o salário efetivamente recebido pela maioria da população trabalhadora brasileira. Não era. Mesmo porque, em 1940, 70% da população brasileira trabalhavam no mundo agrícola. Em 1950, 64% ainda trabalhavam no mundo rural, e, portanto, dificilmente, como em muitas partes do Brasil ainda hoje, se beneficiavam do maior nível de salário mínimo que se conhecia na capital federal.

A íntegra da minha exposição, como também o debate de que participei na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e estudos com tabelas e gráficos sobre a evolução histórica e impacto de aumentos do salário mínimo sobre as contas públicas e sobre o mercado de trabalho podem ser lidos pelos interessados em debater com profundidade e seriedade o assunto no site do Ministério da Fazenda na Internet (*www.fazenda.gov.br*)."

João Paulo Engelbrecht

Celina: "Nos anos 40 e 50, mínimo cobria despesas do mês"

Celina defende o avô

RUY PANEIRO

Economistas fazem contas, estudam tendências. Cientistas políticos revêem documentos e recorrem à história, rumo a novas explicações. Sociólogos analisam reações populares, como a dos aposentados, anteontem. Esses, principalmente os mais idosos que já viveram outra realidade, se revoltam quando o assunto é salário mínimo.

"A elevação do nível de vida eleva igualmente a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, a indústria, a agricultura e o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção" – presidente Getúlio Vargas, no discurso do dia 1º de maio de 1940, ao anunciar a criação do salário mínimo.

As discussões sobre o valor do salário mínimo são "irrelevantes", no entender da neta de Getúlio, a socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, que sustenta: "O importante é que nas décadas de 40 e 50 ele dava para cobrir as despesas de um mês. Hoje não dá".

Referência – Ao comentar as declarações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, seu contemporâneo na PUC do Rio, Celina disse que ele está em posição "bastante delicada", porque o salário mínimo é "apenas uma referência para aposentados e para a época do capitalismo de Estado, quando o governo do país entrou no processo de industrialização, embora ainda concentrasse a mão-de-obra na agricultura".

"Nós não seríamos a oitava economia do mundo se não tivéssemos passado pelo capitalismo de Estado, que resultou da Revolução de 1930, assim como o programa governamental direcionado para o mercado interno, além da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, da Petrobras, da legislação trabalhista e do salário mínimo", enumerou Celina, atualmente diretora do Sebrae.

"Tudo depende do índice"

O economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, costuma citar o escritor italiano Pirandello e sua obra "Assim é se lhe parece", quando lhe pedem para comparar o salário mínimo de hoje com o da ocasião em que foi criado: "Tudo depende do índice que for usado como deflator".

O IPC da Fipe, o ICV do Dieese e o IGP da FGV remetem a números diferentes. Na página do Ipea à disposição dos usuários da Internet, o salário médio entre 1944 e 2000 é de R$ 175. Logo, o mínimo de hoje estaria defasado em cerca de 14%. Se for considerado o salário tido como piso histórico R$ 332,00 (em agosto de 1956) seria preciso elevar o atual em cerca de 120%.

Pelo IGP da Fundação Getúlio Vargas, seria preciso aumentar o salário atual em 81% para atingir-se a média histórica entre 1944 e 2000, que é de R$ 273,00. Para ser ter o valor daquela época, o salário mínimo de agora deveria ser de aproximadamente R$ 900.

Lula reprova o ministro

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, respondeu ontem às críticas do ministro Pedro Malan, que disse que os economistas que apontam a defasagem do salário mínimo são principiantes.

"O problema fundamental do Brasil é de princípios, ministro Malan, e não de principiantes", disse Lula. "Principiante, ministro, é quem pega o país com uma dívida de US$ 65 bilhões e a eleva para mais de US$ 500 bilhões. Principiante, ministro, é quem impõe um déficit de R$ 13 bilhões ao Banco Central para bancar uma desvalorização do real imposta pelo mercado. Ou quem dos R$ 23 bilhões aos banqueiros por meio do Proer e ainda perde os originais do processo contra o Banco Nacional. Principiante, ministro, é quem afirma que um salário mínimo de R$ 151 reais é o maior piso da história do Brasil."

Lula citou ainda a sua participação em um programa de TV no início da semana. "O que eu disse, ministro, no Programa do Jô, é que o aumento da despesa de um salário mínimo de R$ 180,00 pode ser coberto com a redução de 1 a 2% na taxa de juros ou pela cobrança de pelo menos 7% da dívida com o INSS. Qualquer uma dessas medidas permitiria arrecadar os cerca de R$ 4,9 bilhões que o governo alega faltar aos cofres públicos. Mas o senhor prefere governar para os banqueiros, com juros altos, e ser cúmplice dos empresários inadimpientes com o INSS. Com isso, deixa mais de 14,5 milhões de famílias com um salário mínimo de apenas R$ 151,00. Descontada a inflação, a elevação real do mínimo foi de apenas R$ 4,00. Francamente, é uma ofensa ao povo o senhor dizer que um salário de R$ 151,00 dá e ainda sobra para alguma coisa."

Lula continuou: "Para governar, ministro, é preciso, sobretudo, conhecer a realidade brasileira, não apenas a dos luxuosos gabinetes de Brasília e de Washington, mas a da população pobre deste país. É preciso saber fazer as escolhas certas em favor do nosso povo. E essa é uma questão para quem tem princípios. E não para quem governa debaixo das ordens do FMI."

BATE-BOCA

Ciro defende apuração de denúncias

O presidenciável do PPS, Ciro Gomes, defendeu ontem em Belo Horizonte a apuração das acusações trocadas entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA). "Abstraindo os palavrões, a deseducação que pulula o debate, o que a sociedade deve querer é que aquilo seja uma pista que não caia no vazio. Que seja tudo apurado. Se for uma acusação leviana, que o leviano pague pela leviandade, o que é de natureza ética. Se for verdade, que pague também."

ITAMAR

Apoio ao governo será posto à prova

Na próxima semana, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, testará a coesão da sua base de apoio, abalada pela crise entre o Executivo e o PMDB. Os líderes partidários decidiram ontem retomar as votações na Assembléia Legislativa, paralisadas há uma semana por causa da briga.

PROCESSO

STJ acolhe pedido contra dois juízes

O ministro Fernando Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acolheu ontem pedido do Ministério Público Federal para investigar os juízes Paulo Theotônio Costa e Roberto Luiz Haddad, ambos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo), acusados de enriquecimento ilícito.